

HOUVE ASCENSÃO SOCIAL NO BRASIL? SIGNIFICOU AUSÊNCIA DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAIS?

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Várias são as razões, tanto ao nível do empírico quanto do teórico, que levam o cientista social, em sua expressão mais ampla, a interessar-se pela análise da ascensão social, da mudança social, uma vez que toda a sociedade sempre esteve em constante transformação.

No caso brasileiro, especificamente durante o período colonial, as distinções sociais se agravaram, notoriamente pela existência do regime escravista e da própria expropriação colonial, dentro de uma mentalidade particularista das elites, das classes dominantes. Em decorrência, as relações de classe foram estamentais o que, de certa forma, reproduz o passado no presente, uma vez que a mentalidade conservadora de nossos dias, no que tange ao exclusivismo e ao particularismo agrestes, lembram-nos ainda a problemática do *colonizador x colonizado, e não a do empresário capitalista x assalariado*¹.

Se é a organização da sociedade marcada, entre outros fatores, pelo dinamismo da própria mudança social, no caso do Brasil, os chamados *modelos* dessa organização social sempre tiveram presentes as potencialidades sócio-dinâmicas, quer de diferenciação estrutural e funcional, quer da própria saturação histórica, já que o primeiro *modelo* que nos serviu de base para a organização da sociedade colonial envolveu uma superposição do padrão português do regime estamental

⁽¹⁾ Sobre o assunto consultar o clássico trabalho (Org.) FERNANDES, Florestan. *Comunidade e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Nacional/Ed USP, 1972, p. 273-511.

à escravidão indígena e africana. A seguir, advém um outro, originado da desagregação desse regime estamental, ao mesmo tempo em que se processava o desenvolvimento do capitalismo interno, sendo solapado pela coexistência do trabalho servil com o semilivre e o livre, a tal ponto que a ordem escravista, no caso brasileiro, foi convertida em fator de estratificação social, tal como a dominação senhorial.

Com a abolição da escravidão no país, em 1888, sem que houvesse de fato qualquer processo de recuperação humana do negro ou mulato, as funções sociais passariam a ser focalizadas à luz dos requisitos econômicos, jurídicos e políticos da ordem social competitiva². E, a partir de então, o consenso *democracia racial* é um constante, embora sem consistência, já que não houve condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre, e, em decorrência, da própria competição. Vem daí o porquê do *protesto* negro assumir vulto, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, no sentido de lutar por condições de igualdade racial, sem que, no entanto, conseguisse sensibilizar o *branco*, e sem nem mesmo dinamizar qualquer mecanismo eficiente de democratização racial ao nível da renda, do prestígio social e do próprio poder.

Convém de igual modo lembrar que a ordem social competitiva não se impôs de forma semelhante em todo o Brasil, uma vez que, como o seu rápido desenvolvimento coincidiu com a expansão cafeeira e com o surto urbano-industrial do Sul do país, acabou mesmo por beneficiar as *camadas* dominantes da população (que ocupavam o poder econômico-político), e, em escala menor, de início, aos imigrantes europeus.

Cumpre-nos dizer que a Abolição deve ser entendida como uma revolução social feita *pelo branco e para o branco*, já que o negro, sem condições de adaptar-se ao novo sistema de trabalho que lhe era imposto, face a economia urbano-comercial, viu-se espoliado, em súbita competição com o branco. Isto significa dizer que no fundo o problema racial brasileiro é um *modelo* assimétrico de relações de relações de raça, elaborado para regular o contato entre *senhor, escravo e liberto*. Daí a generalizada confusão feita em termos de Brasil, com

(2) Ver sobre o assunto, especificamente: PINTO, Costa L. A. *O Negro no Rio de Janeiro*. São Paulo, Nacional, s/d, (Brasiliense, v. 276), Cap. III.

relação a democracia e tolerância raciais, uma vez que a primeira significa basicamente a necessidade de haver igualdade social, econômica, política e cultural, o que em verdade não ocorreu, mesmo porque o padrão brasileiro de relação social foi construído com base em uma sociedade escravista³.

Quer, pois, nos parecer que a discriminação sentida ao longo do tempo no Brasil é parte da herança social da escravidão, onde o relacionamento negro e branco era a base de escravo e senhor, tendo este último prerrogativas que o negro não possuía e nem teve condições de possuir.

Nem mesmo com a abolição da escravidão no país os brancos pensaram, por exemplo, em indenização do escravo ou do liberto. Relegaram-nos, isto sim, a uma condição de marginalidade⁴, uma vez que não lhe foram oferecidas oportunidades para enfrentar a vida na cidade.

Como se processou então a ascensão social do negro/mulato? É o que poderíamos indagar. Em verdade, a mobilidade vertical dentro do sistema social vigente não se organizou para eles como um processo histórico e uma realidade coletiva, uma vez que atingiu apenas alguns deles, sem repercutir na alteração dos estereótipos negativos, nos padrões enfim que regem as relações raciais.

Ainda nos perguntaríamos: e o que ocorreu então com o negro e o mulato que conseguiram ascender socialmente?

Para manter esta *posição adquirida*, teve que enfrentar como que uma *crise* em seu próprio *meio*, além de ter de criar um verdadeiro mecanismo de ostentação de *status* e de absorver novos padrões de vida.

Ao lado disto, o problema mais sério, quer nos parecer, foi o de, na tentativa de igualar-se ao branco, ao nível de emprego e participação da renda, acabaram alguns negros por romperem o bloqueio

⁽³⁾ Consultar sobre o assunto, sobretudo levando em conta o momento atual, a entrevista publicada por *A Gazeta*, 27/VIII/1966. Reproduzida por Florestan Fernandes, J. R. Borges Pereira e Oracy Nogueira, *A Questão Racial Brasileira Vista Por Três Professores*. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, USP, 1971.

⁽⁴⁾ *Marginalidade* é aqui entendida como situação social, independente da teoria da personalidade marginal. Portanto, todo elemento marginal (isolado ou em configuração com outros) existe na sociedade porque existe essa sociedade.

de sua participação cultural para desfrutarem dos *prazeres* dessa nova sociedade que adentraram, sem perceberem que seu *status* era fictício, sem a real integração do branco a ele.

Entretanto, houve aqueles negros e mulatos que não se contentaram com esta *acomodação*, não valorizaram o branco apenas pela sua cor, lutaram para ficar em seu nível social, no *meio negro*, em sua sociedade, querendo ser tratados como iguais, sem restrições ou evasivas. Quiseram sempre ser cidadãos. Daí, sua luta contra o preconceito social, criando um novo tipo de competição com o branco, nos mais diferentes níveis da vida social.

Em verdade, as situações desvantajosas dos estoques negro e mulato na estrutura sócio-econômica, condicionaram formas de participação cultural e de integração ao sistema de classes que, antes de alterar suas posições, as perpetuou, uma vez que persistiram os privilégios com profundas implicações sociais.

Assim, cremos que na sociedade brasileira atual os brancos ainda continuam a desfrutar de uma hegemonia completa, enquanto que o negro e o mulato sofrem as influências arcaicas de u'a mesma ordem social. O que observamos é que as ideologias raciais do negro, mulato e a do branco denotam a produção de *consciências sociais* que não apreendem as situações em seus significados reais, ou seja, não vão além dos limites fenomênicos das relações entre indivíduos ou grupos, não os inserindo na estrutura de classes.

Com isso, estamos dizendo que o problema racial no Brasil é de caráter estrutural, residindo aí, o grande desafio para o cientista social, justamente no sentido de trabalhar para corrigi-lo, a fim de que haja alteração na estrutura da distribuição da renda, do prestígio social e do poder, para que então se estabeleça uma eqüidade econômica, política, social e cultural entre brancos, negros e mulatos.